

## O PROBLEMA RODESIANO (\*)

PASQUALE PETRONE  
(Sócio Efetivo da A.G.B)

No dia 11 de novembro de 1965 o primeiro ministro da RODESIA, até então integrada no Império Britânico, emitiu uma declaração unilateral de independência para essa parte do continente africano. Embora o processo de emancipação política dos velhos quadros coloniais africanos tenha adquirido, especialmente no último lustro, caráter rotineiro, com a definição de elevado número de novos Estados soberanos, o ato do primeiro ministro rodesiano, Ian Smith, chocou a opinião pública mundial, justificando sérias repercussões, na África e fora dela.

Estas anotações foram escritas, justamente, para tentar apresentar, de forma simples, aquêles que, segundo parece, constituem os elementos mais significativos para a compreensão da Rodésia e da *crise rodesiana*, definida em seguida à citada proclamação unilateral.

\* \* \*

Antes de mais nada, convém atentar para a posição do novo Estado no continente africano, assim como para algumas das características de seu quadro natural.

Somando uma superfície de 389.362 quilômetros quadrados, a Rodésia é um Estado mediterrâneo da África do Sul, limitando-se ao Norte e Noroeste com *Zambia*, a Oeste e Sudoeste com a *Bechuanalandia*, ao Sul com a *República da África do Sul* e a Leste e Nordeste com *Moçambique*. Fisicamente constitui um conjunto de terras altas, predominantemente entre 1200 e 1500 metros acima do nível do mar, caindo altimetricamente para o Norte, em direção ao vale do Zambeze, para o Sul, em direção ao vale do Limpopo e para Leste, em direção às terras baixas de Moçambique. A porção mais significativa e terras altas alonga-se em uma faixa disposta no sentido Sudoeste — Nordeste, numa espécie de espinha

---

(\*) — Trabalho entregue em março de 1966.

dorsal diagonal central do país, constituindo, especialmente, o divisor das águas que vertem para o Zambeze daquelas que vertem para o Limpopo ou diretamente para o Índico. Em consequência da altitude, o território rodesiano, embora localizado pouco ao Norte do Trópico de Capricórnio, goza, no conjunto, de condições climáticas tropicais de altitude, com pluviosidades relativamente satisfatórias, desde 300-350 mm. no extremo Sul, até pouco menos de 1 000 mm. no extremo Leste, predominando as chuvas de verão, desde outubro até março. O revestimento vegetal mais significativo é o da savana, com presença de florestas galerias ao longo dos principais rios.

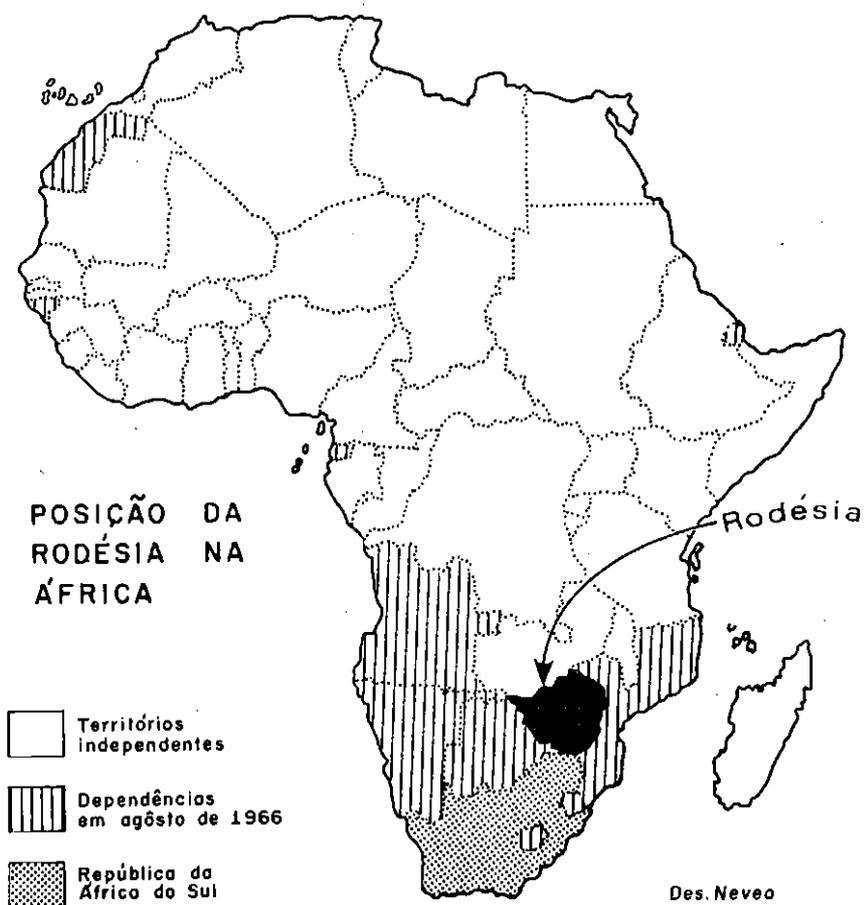
No conjunto, e este parece constituir no momento o fato de maior interesse, a Rodésia ofereceu condições que foram consideradas favoráveis para que nela se estabelecesse o europeu.

\* \* \*

Território mediterrâneo, a Rodésia conheceu um processo de povoamento e organização demográfica, econômica e política do espaço vinculado ao processo mais geral interessando toda a África do Sul. A observação é válida quer se refira à presença européia, recente, quer se refira aos quadros indígenas.

No conjunto do território da África do Sul os *Bosquimanos* parecem constituir a população mais antiga. Localizam-se de preferência no Kalaari, interessando pouquíssimo a Rodésia, onde aparecem apenas em pequeno número de elementos cruzados com Bantos. Mais recentes que os Bosquimanos, embora também bastante antigos, são os *Hotentotes*, distribuídos especialmente por terras da Província do Cabo, na República da África do Sul, e pelo Sudoeste Africano. Bosquimanos e Hotentotes, particularmente os primeiros, são grupos pouco numerosos, primitivos e, sob certos aspectos, residuais. A população indígena mais significativa, e que interessa de perto a Rodésia, é representada pelos *Bantos*. Técnica e culturalmente mais evoluídos que os outros dois grupos, praticando a agricultura, a criação, além de um artesanato não descarrável, os Bantos marcaram com sua presença toda as partes da África do Sul, tendo sido grandemente responsáveis pelo cantonamento de Bosquimanos e Hotentotes em áreas restritas e menos favoráveis.

Todos os grupos indígenas citados chegaram à África do Sul em sucessivas ondas migratórias, a partir da África Oriental. As migrações bantos sucederam-se no correr dos séculos, num período bastante longo, que veio até o século XIX.



Costuma-se distinguir quatro importantes migrações de grupos bantos. A mais antiga seria a dos *primeiros Bechuanas*, instalados nas terras altas de Angola e naquelas ao Norte do Zambeze, em direção ao Congo; em seguida teríamos a dos *Bechuanas de Leste*, responsáveis especialmente pela ocupação da área que atualmente recebe seu nome; os *Basutos* justificaram a terceira onda de imigrantes que, como os anteriores, atualmente dão seu nome a uma das circunscrições políticas da África do Sul; finalmente, e num processo que ainda estava em pleno andamento na segunda metade do século passado, tivemos a quarta migração, desta vez com os *Zulus*.

A Rodésia, embora possa ter sido penetrada por outros grupos no passado, acabou sendo definida como área habitada predominantemente por bantos, com forte participação zulu e bechuana. Dentre os inúmeros grupos tribais que aí se instalaram terminaram por sobressair os *Matabele*, mais importantes, e os *Mashona*, ambos tendo caracterizado territórios que os europeus passaram a denominar de *Matabelândia* e *Mashonalândia*, dentro de um critério, aliás, bastante generalizado em toda a África do Sul (Bechuanalândia, Basutolândia, Swazilândia, Zululândia, etc.).

\* \* \*

Embora a extremidade meridional do continente africano tenha conhecido uma presença européia relativamente precoce, em grande extensão de sua parte interior ela foi uma das últimas áreas a sofrer um processo sistemático de penetração.

Realmente, a zona do Cabo desempenhou, como é amplamente conhecido, um importante papel na definição e valorização da *rota do Cabo*, para as Índias, por intermédio das atividades dos portugueses. Entretanto, a zona do Cabo foi, basicamente, instrumento para manutenção das relações com o Oriente, não tendo justificado interesse maior por parte dos portugueses; foi, por conseguinte, escala para as Índias, fato expresso na própria definição de nomes do litoral — *Algoa*, último ponto para quem se dirigisse para Goa, e *Delagoa*, primeiro ponto para quem viesse do porto indiano.

A partir de 1652 a zona do Cabo e seus arredores atraiu uma significativa *presença holandesa*. Em terras das atuais províncias do Cabo e do Natal (República da África do Sul), os referidos holandeses e seus descendentes instalaram-se em caráter definitivo, criando gêneros de vida frutos de um processo de adaptação na área. Os *boers*, como passaram a ser conhecidos, tornaram-se praticamente africanos, desvinculados da área de origem, de tal forma que sua língua, bastante modificada, passou a ser denominada *afrikaans*, enquanto que eles próprios passaram a denominar-se *afrikanders*. Por outro lado, em fins do século (1698), os portugueses, pressionados pelos árabes de Mombaça, foram forçados a retirar-se de grande parte das costas índicas do continente.

A não ser a presença residual e litorânea dos portugueses, e a presença, mais significativa, dos *boers*, a África meridional permaneceu, de resto como todo o interior do continente, praticamente desconhecida até meados do século XIX. As expedições de exploradores, cientistas e missionários que na época se sucederam, contribuíram, também, para devassar grandes extensões da África meridional, inclusive trechos dos territórios rodesianos. Uma especial

menção deve ser feita às expedições de Livingstone, entre os anos de 1853 e 1873.

Ao tempo das viagens de Livingstone o quadro da presença europeia na África já se havia modificado. Com as guerras napoleônicas os ingleses instalaram-se no Cabo e, com o Congresso de Viena (1815), essa área passou definitivamente para a Grã-Bretanha. Os *boers*, não querendo submeter-se aos ingleses, deram margem a um êxodo em massa: desertam a zona do Cabo, ocupam a faixa de Natal (1835-1840) e, em seguida, abandonam também esta área, por sua vez anexada pelos ingleses. A população *boer* insiste em retirar-se em face da presença britânica e, penetrando no alto vale do Orange e ao Norte do rio Vaal, definem dois Estados soberanos, a *República do Orange* e a *República da África do Sul* (Transvaal), ambas tendo sido reconhecidas pela Grã-Bretanha com as convenções de Sand River e Bloemfontein, de 1852-1854.

Embora a presença europeia se fizesse sentir, com certo significado, somente ao Sul de uma linha formada pelos rios Orange e Limpopo, as terras localizadas ao Norte, e que em grande parte correspondem à Rodésia, Zâmbia e Bechuanalândia atuais, permaneceram quase inteiramente à margem de qualquer processo efetivo de penetração. Os territórios dos *Matabele* e dos *Mashona*, entre o Limpopo e o Zambeze, e que nos interessam mais de perto, foram penetrados, de forma esporádica, por *caçadores de marfim* que, em certos casos, foram atraídos pelas possibilidades de extrair recursos minerais do sub-solo da área. A presença de ouro, revelada pelas atividades de *Hartley*, caçador de elefantes, e de um cientista alemão, *Karl Mauch*, na década de 1860, justificou um primeiro interesse pela área, em função da qual fundaram-se empresas e organizaram-se expedições. Dessa forma verificou-se uma convergência de imigrantes para uma zona localizada nas proximidades da atual Bulawaio. Entretanto, o interesse por essas áreas arrefece em face do maior atrativo representado pelos recursos diamantíferos dos territórios mais meridionais.

Alguns anos depois, um agente de uma companhia de mineração da África do Sul, *Baines*, atinge a área da atual Salisbury e, em 1871 consegue de *Lobengula*, "rei" dos Matabele e sucessor de *Mziligazi*, falecido em 1868, uma concessão para mineração. A *Baines Concession*, que pode ser considerada o primeiro ponto de apoio para a futura penetração inglesa na área, também não resultou em nada de economicamente positivo, tendo em vista que não conseguiu despertar o interesse de pessoas dispostas a financiar o empreendimento, da mesma forma como não conseguiu tolher as atenções para os recursos diamantíferos do Vaal.

A década de 1880 foi decisiva para a compreensão dos fatos de penetração européia na África do Sul. Antes de mais nada, é a década do *Congresso de Berlim* (1884-1885), que definiu praticamente as condições para efetivar o processo que ficou conhecido como o da *partilha da África*. Por outro lado, Portugal, cuja presença na área havia sido a mais precóce, a partir dos litorais de Angola e de Moçambique ensaiava iniciativas tendentes a definir a posse de extensas retro-terras correspondentes. Paralelamente teve início o processo de expansão colonial alemã interessando a África do Sul, com uma modificação substancial no jôgo que prevalecera até então, em que entravam principalmente Grã-Bretanha e Portugal, além dos Estados *boers*. Contudo, com a década de 1880 verificou-se, principalmente, uma sistemática ampliação dos domínios britânicos na África do Sul.

O principal artífice da parcela de Império Britânico na África do Sul foi *Cecil Rhodes*, um dos *construtores do Império*. Fato dos mais significativos é que Rhodes aliou, às suas atividades políticas na África meridional, importantíssimas atividades econômicas, tendo sido um dos principais responsáveis pela formação, em seguida a um curto período de rivalidade e competição, da mais importante empresa diamantífera do Globo, ou seja a *De Beers Consolidated Mines* (definida em 1888).

Usufruindo uma posição de destaque no setor da produção e do comércio de diamantes, e tornando-se primeiro ministro da África do Sul britânica, Rhodes pôde contar com os instrumentos necessários quer para ampliar os quadros de atividade econômica e política da Grã Bretanha na África meridional, quer para endereçar a referida ampliação dentro de um processo mais ambicioso de controle político de todo o continente, ou quase, com um programa de criação de uma espinha dorsal britânica expresso no lema do *Cabo ao Cairo*.

Ao tempo do início das atividades de Rhodes a presença européia na África do Sul limitava-se apenas a uma sua parcela, embora, em certos casos, compreendendo áreas relativamente extensas. Os portugueses estavam estabelecidos ao longo das franjas litorâneas de Angola e de Moçambique, respectivamente no Atlântico e no Índico, não tendo, ainda, ocupado efetivamente nenhuma área do interior, a não ser trechos do baixo curso do Zambeze. Os ingleses ocupavam a extremidade meridional do continente, dominando quase tôdas as terras ao Sul do rio Orange, compreendendo principalmente os atuais territórios da Província do Cabo, Província de Natal, da Basutolândia e da Swazilândia. Além disso, já se haviam instalado na baía de Walvis, no litoral do Sudoeste Africano. No alto vale do Orange, e ao Sul do Limpopo, localizavam-se as repú-

plicas de Orange e Transvaal. Finalmente, junto às margens meridionais do lago Niassa, distribuíam-se algumas missões, bases de uma futura presença britânica.

\* \* \*

A expansão britânica foi relativamente rápida. O primeiro território a ser anexado foi a *Bechuanalândia*, tornada, desde fevereiro de 1883, protetorado britânico. A Bechuanalândia, pela sua posição ao Norte do Cabo e entre as repúblicas *boers* e a Sudoeste Africano, constituía-se em uma passagem entre as terras britânicas ao Sul e as terras ainda não tomadas pelos europeus, ao Norte do Limpopo. Por isso mesmo, foi batizada de *Canal de Suez do Interior*. Em 1886 a parte meridional da Bechuanalândia foi definitivamente anexada como colônia, em seguida passando a fazer parte da Colônia do Cabo, atual província, enquanto que a parte setentrional continuou como protetorado, condição em que chegou praticamente até os dias atuais.

O segundo passo importante para a expansão territorial em direção ao Norte verificou-se no ano de 1888. Nesse ano, um emissário de Rhodes, *Moffat*, conseguiu que Lobengula, "rei" dos Matabeles, subscresse o *Moffat Treaty*, aceitando a presença britânica na Matabelândia e na Mashonalândia. Logo a seguir, em troca de modesta quantia, um barco e alguns fuzis, Rhodes consegue tornar mais sólidos os vínculos de Lobengula com o Império Britânico por intermédio da *Rudd Concession*, que leva o nome do emissário que a obteve. Finalmente, em 29 de outubro de 1889 Rhodes obteve do governo britânico a promulgação do *Charter*. Dessa forma o problema de expansão se colocava dentro de um processo tradicional para a Grã Bretanha, ou seja, a de utilizar *empresas* coloniais.

Conseguida a aquiescência da Grã-Bretanha para a expansão em direção Norte, Rhodes tratou, a seguir, de efetivar a posse das terras visando, ao mesmo tempo, atingir o Katanga e Tanganika pela Niassalândia. A 12 de setembro de 1890 uma expedição de cerca de 500 colonos atingiu a zona da atual Salisbury, na Mashonalândia, ao Norte da atual Rodésia, onde se instalou definitivamente, e apesar das dificuldades que teve que enfrentar, a 17 de junho de 1890 foi assinado um tratado com *Lewanika*, "rei" da *Barotselândia*; em 1895 nomeou-se um comissário residente junto ao referido chefe indígena, em 1897 chegaram a essa área os primeiros colonos e em 25 de junho de 1898 Lewanika assinou novo tratado, de tal forma que a Barotselândia tornava-se protetorado britânico.

No início da década de 1890 tentou-se a anexação de boa parte do atual *Katanga*, área então conhecida pelo nome de *Garenganze* e governada por um chefe indígena de nome *Msiri*. A tentativa, entretanto, foi frustrada. Resultados não muito melhores foram obtidos em direção às zonas dos lagos Niassa e Tanganika. Objetivando permitir a união das terras britânicas meridionais, com aquelas da África Oriental, e dessa forma concretizar o domínio de uma ininterrupta faixa entre o Cabo e o Egito, em maio de 1884 o então *Estado Livre do Congo* aceitou em que a Grã Bretanha controlasse uma faixa de terras com cerca de 25 quilômetros de extensão, entre os lagos Eduardo e Tanganika. Dessa forma ficavam unidos os territórios britânicos da África Oriental (Uganda), com os da África meridional (Rodésia do Norte). Essa faixa, entretanto, em parte interessando os territórios que hoje formam o *Ruanda* e o *Burundi*, não chegou a ser efetivamente utilizada pelos britânicos, tendo em vista os protestos feitos pela Alemanha. De passagem, todavia, convém lembrar que em 1919, em seguida à primeira guerra mundial, com o *mandato* do Tanganika concedido à Grã Bretanha, efetivou-se a união de terras que não fôra conseguida em 1884.

Finalmente, em seguida à *Guerra dos Boers* (1899-1902) pelo Tratado de Vereeniging, em maio de 1902, Orange e Transvaal passaram, também, para o domínio da Grã Bretanha.

\* \* \*

A expansão a que se fez referência acima através de alguns de seus momentos mais significativos, embora dentro de um período relativamente curto, enfrentou uma série de problemas, alguns bastante sérios.

Antes de mais nada, os britânicos tiveram que enfrentar os alemães, com cujos interesses chocaram-se várias vezes. Em seguida às iniciativas de um comerciante de tabaco de Bremen, *Ludewitz*, a Alemanha incorpora o *Sudoeste Africano* (iniciativa de 24 de abril de 1884), frustrando as possibilidades de expansão britânica na área, já iniciada desde 1877 com a ocupação da baía de Walvis. Por outro lado, em seguida à iniciativa de *Karl Peters*, que havia obtido algumas concessões de chefes indígenas entre os lagos Tanganika e Niassa, os alemães anexam uma área relativamente extensa controlada anteriormente pelo sultão de Zanzibar, dando início (1885) àquela que se tornaria a colônia de Tanganika. Acresce que os interesses britânicos foram contrariados também pela tendência que os alemães demonstraram de pretender unir, por intermédio de um corredor interior, as dependências do Sudoeste Africano com aquelas do Tanganika.

A presença alemã constituía-se em um motivo de séria preocupação para os britânicos, inclusive porque ela contava com o apoio dos *boers*, dados que estes, por sua vez, esperavam o auxílio dos alemães para enfrentarem os ingleses. Os *boers* foram, no decorrer de aproximadamente um século, tenazes adversários do processo de penetração britânica, e em função de sua progressão, acabaram por ser os mais prejudicados. Realmente, se decidiram abandonar a Colônia do Cabo em seguida a 1815, mais tarde, em meados do século abandonaram também o Natal. Localizados no Orange e Transvaal, viram esses territórios serem incorporados ao Império Britânico em 1902, em seguida a uma longa guerra. Por outro lado, todas as suas tentativas de localizarem-se em outras áreas, no decorrer da segunda metade do século XIX, foram frustradas pelos ingleses, em certos casos não sem luta. É o que se verificou, por exemplo, com a *República de Adamanta*, desaparecida em 1871 com a anexação da *Griqualândia Ocidental* pelos britânicos; é quando o mesmo se verificou, também, com a *República de Stollândia*, na Bechuanalândia meridional, e com a *República de Goschen*, pouco mais ao Norte, ambas desaparecidas com a anexação da Bechuanalândia pelos britânicos.

Embora submetidos definitivamente a partir de 1902, os *boers* continuaram, entretanto, a pesar sensivelmente nos fatos de vida econômica e política da África do Sul. Justificaram a criação, em 1910, do *dominion* da União Sul Africana, com grande autonomia das províncias (para resguardar o caráter *boer* do Orange e do Transvaal); foram, de certa forma, responsáveis pela solução inco- mum de se distribuir o governo sul africano por três capitais e, constituíram-se em importantes fatores nas diretrizes definidas pela população sul africana de origem européia em face da população indígena. Sob muitos aspectos, não é possível desconhecer o papel dos *boers* para a definição dos quadros de presença européia na África do Sul, mesmo quando se trata da Rodésia.

Ao lado da constante luta contra os *boers*, e da competição com os alemães, os ingleses tiveram que enfrentar, também, os interesses portugueses. Antes de mais nada, Portugal estivera presente na África do Sul, assim como nos litorais da África Oriental, desde os primórdios do Séc. XVI. Reivindicava, por outro lado, direitos históricos em relação a territórios mediterrâneos, inclusive a atual Rodésia, escudado em elementos mais ou menos documentados sobre tradicionais relações mantidas com suas populações. Acresce que na década de 1880, conforme foi lembrado, os portugueses estavam sólidamente instalados nos litorais de Angola e de Moçambique, tendo, inclusive, penetrado pelo vale do Zambeze. Em consequência, e segundo, aliás, fôra decidido no Congresso de Berlim,

julgavam-se com o direito de ampliar seus domínios para as respectivas retro-terras. Mais do que isso, dominando litorais opostos, dado que se encontram grosso-modo nas mesmas faixas de latitudes, consideravam natural controlar as terras intermediárias. A penetração britânica para o Norte, entretanto, em cunha entre as terras já ocupadas pelos portugueses, impediu que se realizasse o sonho de um Portugal africano do Atlântico ao Índico na parte meridional do continente. Não impediu, entretanto, que a presença portuguesa na África do Sul continuasse a ser significativa, de tal modo que, atualmente, ela não pode ser descurada quando se pretende compreender os problemas dessa parte do continente.

Embora sem o significado da presença alemã ou portuguesa, os belgas também tiveram um papel no processo de definição da conformação territorial dos domínios britânicos na África meridional. Assim foi que, o fracasso das tentativas de anexação do *Garenganze* pelos ingleses, e a definitiva conquista desse território aos indígenas, pelas armas, por parte dos belgas no início da década de 1890, fizeram com que o Katanga se tornasse território integrado no Estado Livre do Congo, ao qual deveria pertencer, de resto, segundo as resoluções do Congresso de Berlim. Também o Katanga, todavia, não pode ser dissociado do conjunto de problemas interessando a África meridional e, conforme se terá ocasião de ver, suas vicissitudes recentes estão intimamente relacionadas com as que têm caracterizado os territórios imediatamente ao Sul, inclusive a Rodésia.

Finalmente, entre as dificuldades enfrentadas pelos britânicos devem ser arroladas aquelas opostas pela própria população indígena. Aliás, nesse sentido tanto ingleses quanto *boers* enfrentaram obstáculos muito sérios. Uma referência especial deve ser feita, a esse propósito, às lutas que os europeus tiveram que enfrentar contra os zulús. Segundo nos parece, é dos mais significativos o fato de que essas lutas verificaram-se entre grupos que na ocasião estavam penetrando na África do Sul. Imigrantes eram uns e outros. Uma referência especial, também, deve ser feita às lutas contra os Matabele, dado que elas interessam o território da atual Rodésia. Entre essas lutas duas foram mais importantes. A primeira verificou-se em 1893, os indígenas tendo sido dirigidos por Lobengula. A vitória dos ingleses, conseguida a duro preço, resultou, para a Rodésia, no início da política de definição de Reservas para os indígenas. A segunda luta verificou-se em 1896, e foi na verdade uma insurreição indígena e nela os indígenas foram praticamente massacrados.

Zulús ou Matabeles, na República da África do Sul ou na Rodésia, constituem símbolos de uma presença indígena que não pode

ser descurada. Os fatos a que se está fazendo referência são relativamente recentes. As populações indígenas têm memória. Os atuais problemas relacionados com essas populações não devem ser compreendidos somente em função de condições atuais mas, também, em função do processo que os originaram.

\* \* \*

Em seguida às guerras com os Matabeles, adquirida uma certa segurança, a *British South Africa Co.* pôde iniciar um programa sistemático de organização e utilização das grandes extensões de terras que se dispunham desde o Limpopo até o Katanga. Entre os vários nomes que foram sugeridos para a área (entre eles os de *Zambesia e Charterland*), acabou por prevalecer o de *Rodésia*, aprovado pela Companhia em 1895 e pelo governo britânico em 1898. Na época definiam-se três partes: a *Rodésia do Sul*, entre o Limpopo e o Zambeze, a *Rodésia*, ao Norte do Zambeze e a *Rodésia do Nordeste*. A Niassalândia constituía um protetorado.

A colonização processou-se muito lentamente. Em fins do século XIX foi necessário reprimir pela força o tráfico de escravos, promovido principalmente por árabes. Só na primeira década do século XX, entretanto, o tráfico começou efetivamente a ser extinto. Quando, em 1911, as Rodésias de Noroeste e de Nordeste foram unidas em uma só circunscrição, a *Rodésia do Norte*, nessas áreas a população europeia orçava em apenas meio milhar de pessoas.

A concessão do *Charter*, que terminou em 1914, foi prorrogada por mais dez anos, mas durante algum tempo o território não pôde conhecer algum desenvolvimento tendo em vista que foi empenhado seriamente nas lutas que a Grande Guerra justificou nessa parte do continente. Realmente, tendo em vista a sua posição em face das dependências alemãs (Sudoeste Alemão, Tanganika, Ruanda-Urundi), as Rodésias constituíram-se em importantes instrumentos da vitória britânica no âmbito colonial sul-africano.

Durante o período de guerra as funções da Companhia tornaram-se, do ponto de vista político, puramente formais e, com o fim das hostilidades, foi necessário resolver sobre o futuro da administração dos territórios. Em 1922 *Smuts*, da então União Sul Africana, propõe que a Rodésia do Sul se torne mais uma das províncias da União, nas mesmas condições do Cabo, Natal, Orange e Transvaal. Por meio de um plebiscito então realizado, os europeus da Rodésia do Sul recusaram a proposta e, por iniciativas tomadas logo a seguir, a Rodésia do Sul foi incorporada ao Império, seu primeiro governador tendo tomado posse a 1 de outubro de 1924, cessando

as funções políticas da Companhia. No mesmo ano o mesmo verifica-se para a Rodésia do Norte.

Nos anos seguintes a vida dos territórios em questão desenvolve-se com relativa normalidade. Os recursos econômicos, especialmente minerais e agrícolas, passam a ser explorados com mais intensidade; aumenta a afluência de colonos, diminui a influência econômica da Companhia.

Sob o ponto de vista administrativo Rodésia do Sul e Rodésia do Norte permaneceram separadas, da mesma forma como permaneceu separada a Niassalândia, apesar das tentativas que se fizeram no sentido de unir todos esses territórios.

As referidas tentativas verificaram-se na década de 1930, tendo contado com o apóio maciço da população européia. Entretanto, teve a oposição, também maciça, dos missionários e da população indígena. Na época já estava definido o problema que trinta anos depois iria caracterizar os fatos de vida política desses territórios.

\* \* \*

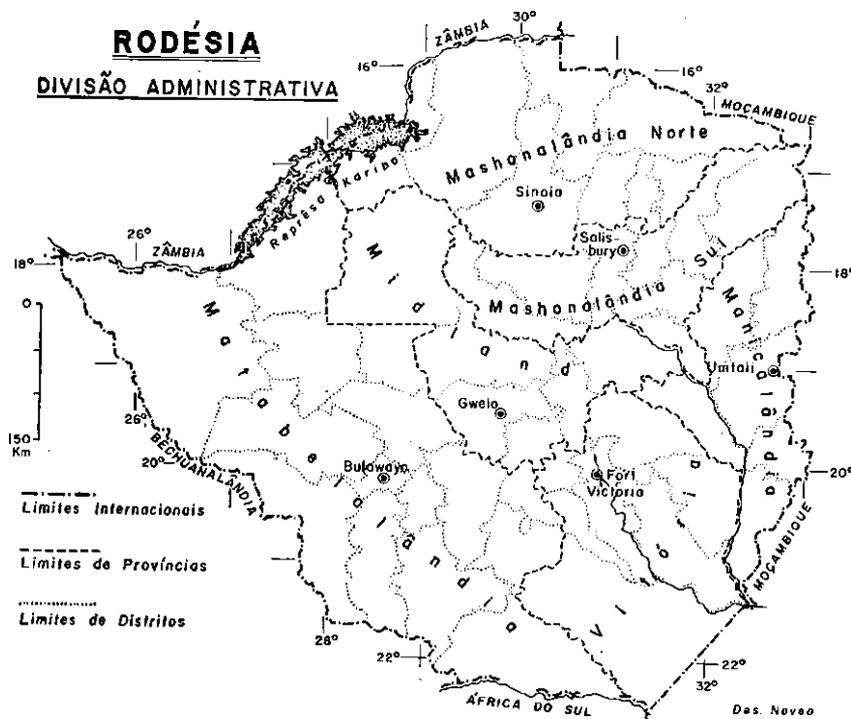
Em todo o período de entre-guerras os europeus das Rodésias conseguiram gradativamente sempre maior autonomia interna. Com a segunda Guerra Mundial, não só prosseguiu o processo de ampliação da autonomia interna, como teve início a definição de uma significativa tomada de consciência da população indígena, em consequência tomando vulto os termos do problema atual. Para que as Rodésias pudessem contar com maior força frente à metrópole, influiu o fato de que, no imediato após-guerra, um elevado contingente de imigrantes britânicos aí se instalou, aumentando razoavelmente a população branca.

\* \* \*

Nos anos de 1951 a 1953 uma série de negociações foram efetuadas no sentido de conseguir atingir o objetivo que não pudera ser atingido na década de 1930, ou seja, o de unir as duas Rodésias e a Niassalândia. Realmente, a 23 de outubro de 1953 foi constituída a *Federação Rodésia-Niassalândia* que teve uma duração de aproximadamente uma década.

No conjunto da Federação, eram de competência federal os Negócios do Exterior, a Defesa, as Comunicações, o Comércio com o Exterior, a Irrigação e uma parte das Finanças. Os problemas relativos à propriedade do solo, assim como aqueles interessando os indígenas, especialmente seus direitos políticos, eram de competência de cada membro da Federação. A *Assembléia Federal*, sob

direção do *Governador Geral* expressava o poder legislativo. Ela era formada por 35 membros, dos quais 26 brancos, 6 africanos (dois para cada território) e um branco (da Rodésia do Sul), eleitos para representar os interesses africanos, além de dois representantes nomeados pelos governadores da Rodésia do Norte e da Niassalândia.



A Rodésia do Sul constituía um território autónomo, com um governador e um Conselho Legislativo composto de 30 pessoas eleitos pela população europeia.

A Rodésia do Norte continuava na condição de protetorado, sendo governada por um Governador, presidente de um *Conselho Executivo*. O *Conselho Legislativo* era formado por 30 pessoas, das quais apenas 14 eram eleitas, e somente duas africanas.

A Niassalândia, como a Rodésia do Norte, conservava sua condição de protetorado. Nela, entretanto, tanto o Governador, quanto os Conselhos Executivo e Legislativo eram de nomeação da metrópole.

A década de vida da Federação foi atribulada, tendo em vista que, em nenhum momento, houve verdadeiramente condições para que ela pudesse ser considerada estável. Ela contou, fundamentalmente, com a sistemática oposição das populações das áreas setentrionais, particularmente das populações africanas. Tal se devia ao fato de que a população branca da Rodésia do Sul era a mais significativa entre os contingentes europeus das três unidades, e que, somado esse fato à preponderância econômica da unidade meridional, uma Federação estável e definitiva significaria, inevitavelmente, a permanência da política de ausência de direitos civis para a população negra africana e domínio da minoria branca.

Realmente, a situação da população da Federação, em 1954, um ano em seguida à sua formação, era a seguinte:

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO			
	<i>Negros</i>	<i>Branco</i> s	<i>Mestiços</i>	<i>Outros</i>
Rodésia Sul	2.150.000	160.000	6.300	4.600
Rodésia Norte	2.015.000	50.000	1.300	3.500
Niassalândia	2.483.000	5.600	—	6.000

A população arrolada sob a rubrica de *outros* era formada quase exclusivamente por asiáticos de origem indiana. Embora as cifras não devam ser consideradas exatas, mas correspondentes muito aproximadamente à realidade, verifica-se que, enquanto na Rodésia do Sul a população branca representava quase 7% do total, na Rodésia do Norte era de apenas 2,4% e na Niassalândia era de tão somente pouco mais de 0,2%. O fato se explicava tendo em vista a posição da Federação dentro dos territórios da África meridional, na qual as minorias européias são mais importantes no Sul, decrescendo para o Norte e, de uma forma geral, são mais significativas nas terras altas mediterrâneas, tornando-se sempre mais insignificantes em direção às áreas mais tropicais da África Central, ou às zonas áridas e semi-áridas do Sudoeste.

O fato é que a composição da população da Rodésia do Sul aproximava da então União Sul Africana, enquanto que na Rodésia do Norte e particularmente na Niassalândia, ela era típica das zonas tropicais sem verdadeiro povoamento europeu.

Evidente que nas intenções dos promotores da formação da Federação Rodésia-Niassalândia estava a idéia de que no futuro ela deveria dar origem a um novo Estado, quase certamente dentro da *Comunidade Britânica de Nações*. Nesse sentido trabalharam os europeus da Rodésia do Sul, encontrando, entretanto, viva oposição por parte da massa demográfica africana das outras duas unidades federadas. Viu-se, na ocasião, como de resto sucederia mais



Paradoxalmente, portanto, a unidade federada que contava com a mais expressiva minoria européia foi, das três, a última a adquirir sua independência, o fato sendo explicado porque, resolvido o problema em face das outras duas, restava resolvê-lo em face da própria maioria africana na Rodésia do Sul.

\* \* \*

A Federação Rodésia-Niassalândia dissolveu-se em 31 de dezembro de 1963. Já em dezembro do ano anterior o *Rhodesian Front*, da Rodésia do Sul, partido que reivindicava a imediata independência com permanência da situação de privilégio da população branca em face da negra, conseguiria a direção do governo local. Com a independência de Zâmbia e Malawi, os europeus da Rodésia do Sul insistem na solicitação da independência.

No ano de 1964 a situação se precipita. Em abril de 1964 *Ian Smith*, ortodoxo partidário da supremacia política branca, assume o posto de primeiro ministro da Rodésia do Sul. Em agosto do mesmo ano os partidos nacionalistas africanos, ou seja, partidários de uma posição de verdadeira independência para os negros, foram proscritos. No mês seguinte *Ian Smith* declara que a independência da Rodésia do Sul será proclamada antes do fim do ano, enquanto o então primeiro ministro britânico, *Alec Douglas-Home* retruca que tal não acontecerá enquanto não houver garantia de que a maioria negra apoia a reivindicação.

Em outubro de 1964 a Rodésia do Sul passou a denominar-se simplesmente *Rodésia* e em maio de 1965 o *Rhodesian Front* volta a obter importante vitória eleitoral. As conversações entre o governo rodesiano e o governo britânico, este já com o trabalhista *Harold Wilson* como primeiro ministro, prosseguem durante todo o ano de 1965. Elas foram inúteis, da mesma forma como foi inútil a advertência que em outubro de 1964 o novo governo trabalhista da Grã Bretanha fez ao governo da Rodésia, segunda a qual uma declaração unilateral de independência seria considerada como um ato de traição e traria graves conseqüências. Dessa forma, chegou-se a 11 de novembro de 1965, quando o primeiro ministro *Ian Smith*, em *mensagem à nação*, proclamou unilateralmente a independência da Rodésia.

\* \* \*

Segundo uma estimativa de dezembro de 1962, a Rodésia contava com uma população total de 3.848.000 habitantes, dos quais 221.000 eram europeus e 10.700 asiáticos (indianos) e mestiços (couloreds). Em março de 1965, a população rodesiana foi ava-

liada em 4.100.000 habitantes; os europeus seriam aproximadamente 250.000, enquanto que os negros totalizariam bem mais de 3.800.000. Portanto, a população branca da Rodésia compreendia, apenas, cerca de 6% do total.

As cifras acima são elucidativas por si só. A independência da Rodésia significa, na realidade, a permanência de uma condição de subordinação de uma massa demográfica negra a uma insignificante minoria de brancos.

Realmente, a permanência de status colonial para o contingente demográfico indígena expressa-se tanto nas limitações que sofre quanto aos direitos civis, quanto no corpo de disposições existentes a respeito da utilização do solo. Já desde fins do século passado, em seguida às lutas com os Matabele, introduziu-se na Rodésia o sistema de *Reservas* para os indígenas. No decorrer das primeiras décadas deste século foram sendo tomadas várias medidas no sentido de estabelecer princípios sobre a divisão das terras e sua utilização. No conjunto, definiram-se como terras para os europeus as zonas climaticamente consideradas mais satisfatórias, terras mais elevadas, menos sujeitas a doenças tropicais e com solos mais ricos. Dessa forma, as terras européias, além de outras parcelas distribuídas por outras partes, dispõem-se de forma contínua por sobre a diagonal de terras altas, de Sudoeste para Nordeste, desde ao Sul de Bulawayo até Salisbury, acompanhando a ferrovia, aliás, construída em função de um processo de definição das citadas áreas. Além disso, ramificam-se em direção a Livingstone, junto à cascata Vitória no Zambeze, e em direção a Umtali, junto à fronteira de Moçambique, nos dois casos ao longo de ferrovias. As reservas indígenas, e as áreas reservadas para aquisição pelos indígenas, encontram-se cantonadas nas zonas periféricas do país, nos ângulos formados pelos grandes eixos viários e afastados destes. No conjunto, e não consideradas as áreas não definidas das zonas baixas junto ao Zambeze sujeitas à mosca tsétsé, aos europeus ficam assinalados cerca de 20 milhões de hectares, enquanto aos africanos ficam aproximadamente 11 milhões.

Várias considerações podem ser feitas. Em primeiro lugar, a enorme desproporção entre os territórios reservados para os indígenas e o contingente demográfico por estes representado. Em, segundo lugar, a diferenciação qualitativa das terras, indiscutivelmente superiores no caso das européias, inclusive porque as mais bem dotadas do ponto de vista de infra-estrutura econômica. Em terceiro lugar, o fato de que, se bem, em princípio, as reservas possam contribuir para manutenção de padrões de organização social dos indígenas, na verdade elas não conseguem impedir, especialmente no caso de áreas para aquisição, que se verifique um pro-

cesso de destribalização é uma paralela proletarização do indígena, a serviço de uma economia da minoria branca.

Não cabe insistir sobre o problema, ele se prestaria para considerações por demais longas. Cabe lembrar apenas que o melhor dos recursos econômicos do território vê-se aproveitado em benefício de uma minoria branca numericamente inexpressiva, à custa da exploração de uma gigantesca reserva de motores animados fornecidos pelo contingente indígena. Os privilégios políticos, a exemplo do direito de votar e de ser eleito, limitados aos brancos, garantem a continuidade da situação. É evidente que a independência da Rodésia, tal como foi proclamada, leva à definição de uma situação semelhante àquela que se encontra na atual República da África do Sul.

\* \* \*

A proclamação unilateral de independência da Rodésia foi, dentro do Império Britânico, a primeira nessas condições desde que em 1776 as treze colônias britânicas da América do Norte separaram-se da metrópole. A semelhança, entretanto, chega só até aí. Não seria possível, sob hipótese alguma, aproximar movimentos decorridos em condições tão diferentes. Mesmo porque, é sempre perigoso tentar avizinhar fatos históricos pertencentes a épocas relativamente distantes entre si.

Em primeiro lugar, as treze colônias americanas eram típicas *colônias de povoamento*, enquanto a Rodésia, apesar da minoria européia, foi basicamente uma *colônia de enquadramento* ou de *exploração*. Aquela no mundo da faixa temperada, esta no mundo tropical. Naquela verificou-se um processo de substituição de populações, enquanto nesta as populações indígenas não só permaneceram praticamente intactas mas, puderam inclusive aumentar substancialmente. É evidente que não se pode defender o processo de independência das colônias inglesas da América, em face das repercussões que teve para as populações indígenas. Entretanto, o processo pode ser compreendido, à luz das condições da época em que se verificou. O mesmo não acontece, evidentemente, com o caso da Rodésia.

A 14 de dezembro de 1960, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, uma *Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais*. Nessa declaração considerando *sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano, considerando a necessidade de criar condições de estabilidade e bem estar, bem como relações pacíficas e amistosas baseadas no respeito ao princípio de igualdade de di-*

*reitos e de autodeterminação dos povos e no respeito e observância universal dos direitos humanos e liberdades fundamentais de todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, considerando que os povos do mundo se acham animado do desejo ardente de pôr termo ao colonialismo sob tôdas as suas manifestações que o processo de libertação é irresistível e irreversível e que, para evitar crises graves, é necessário pôr termo ao colonialismo e a tôdas as práticas de segregação e discriminação a êle associadas, proclama solenemente a necessidade de pôr termo, rápida e incondicionalmente, ao colonialismo sob tôdas as suas formas e manifestações.*

A transcrição acima, representa tão sòmente uma parte da Declaração. Ela é suficiente, entretanto, para que se possa enquadrar a proclamação de Ian Smith não entre os movimentos de independência mas, isto sim, entre aquêles que definem novas situações coloniais. Da mesma forma como se verifica na República da África do Sul, a Rodésia, com sua independência, tornou mais rigorosa a condição de população colonial do contingente negro.

\* \* \*

É evidente que o caso da Rodésia não deve ser considerado isoladamente, especialmente dentro dos quadros africanos. Na verdade constitui um elemento dentro de um processo por intermédio do qual procura-se obstacular a descolonização do continente.

Chamamos a atenção, antes de mais nada, para o fato de que o processo de independência política das dependências coloniais africanas, verificado nos últimos lustros, interessou, de um modo geral, antes as terras setentrionais e da África Ocidental, em seguida tendo progredido para a África Oriental e para a parte central do continente. Em suas linhas mais amplas, portanto, de Norte para o Sul.

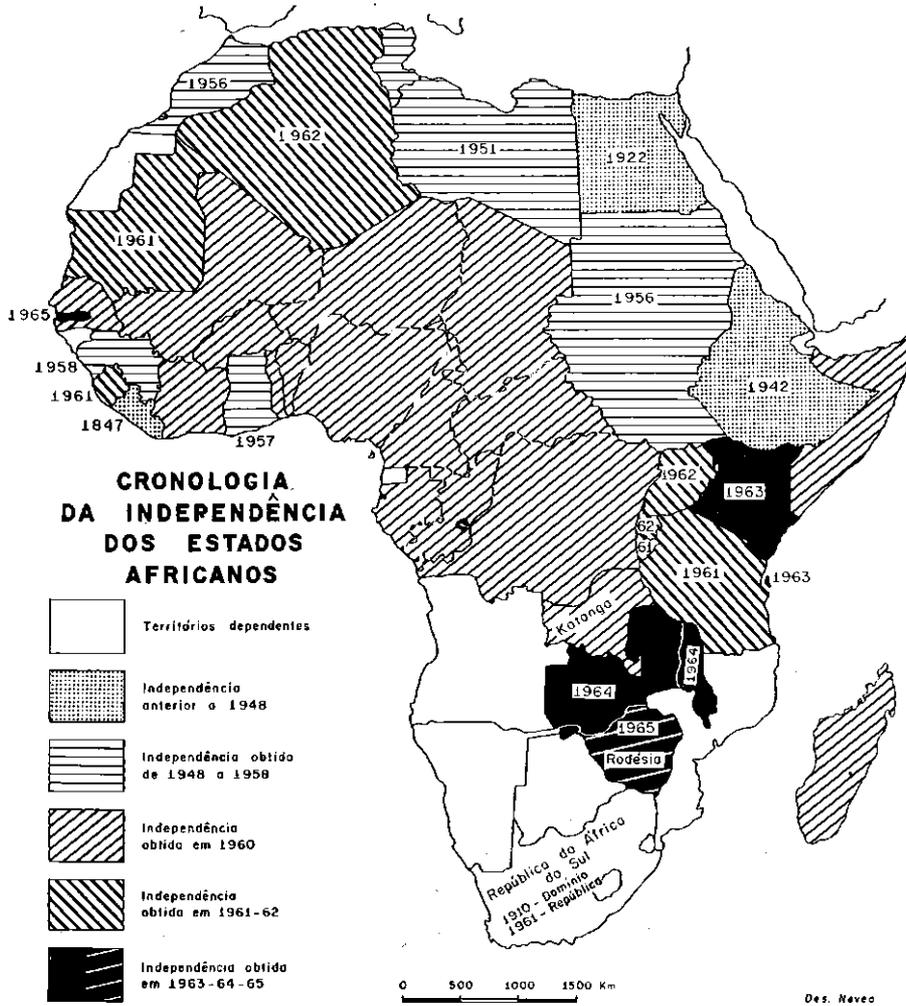
À parte o caso da Argélia, que se caracterizou por condições particulares, foi na área meridional do continente que se definiu o mais importante fóco de permanência dos quadros coloniais do continente. As situações que se enquadram no referido fóco são as seguintes:

Em primeiro lugar, a presença da África do Sul. *Dominion* da Comunidade Britânica de Nações desde o ano de 1911, a União Sul Africana poderia ser considerada, em face de sua autonomia, um dos raros Estados não coloniais da África até que se iniciou o processo de emancipação das antigas dependências coloniais dêsse continente. A 15 de março de 1961, entretanto, a União Sul Africana rompeu todos os seus vínculos com a Comunidade Britânica, transformando-se na *República da África do Sul*. O fato poderia

ser considerado mais um passo na independência completa das terras e povos da África, se não se revestisse de condições peculiares que indicam justamente o contrário. A política do *apartheid* mantida pelo governo sul-africano, e em relação à qual a posição da Grã Bretanha não era favorável, constituiu-se no principal estímulo para que se chegasse à completa ruptura. Dessa forma, desafiando a Grã Bretanha e toda a Comunidade Britânica de Nações, e desafiando a desaprovação já várias vezes manifestada pelas Nações Unidas, assim como a maior parte da opinião pública mundial, a República da África do Sul decidiu, em nome de uma suposta defesa da presença branca na África, e de sua supremacia, manter o regime de segregação da população negra. Dessa forma, mais de 12.000.000 de negros, além de 1.500.000 de mestiços e meio milhão de indianos, ficam à mercê de um governo totalmente controlado por 3.000.000 de brancos, e a serviço dos interesses destes.

Relacionado com o problema da antiga União Sul Africana, encontra-se o do *Sudoeste Africano* (ex-Sudoeste Alemão). O Sudoeste Africano tornou-se colônia alemã, conforme já foi visto, a partir do ano de 1884. Em 1920, em seguida à primeira Guerra Mundial, a então Sociedade das Nações deu à União Sul Africana o *mandato* para governar o território. Em seguida à segunda guerra mundial a Organização das Nações Unidas confirmou a decisão de 1920, com a definição do Sudoeste Africano como *território sob administração fiduciária*, da União Sul Africana. Entretanto, ao invés de considerar o território como área a desenvolver, de forma a fornecer à sua população maturidade econômica e política suficientes para justificar o auto-governo, a União Sul Africana (e agora a República) praticamente anexou-o, embora com a reprovação da O.N.U., que continua considerando-o como mandato. A República da África do Sul recusa-se a prestar contas à O.N.U. do mandato que recebeu, considera o Sudoeste Africano como parte integrante de seu território nacional e, desde 1947, incluiu uma representação de 6 deputados e 4 senadores dessa área no Parlamento da República. Compreende-se que dessa forma, o Sudoeste Africano passa a ser integrado de fato no quadro das terras onde domina a política do *apartheid*, sua população indígena tornou-se, como a das demais províncias, uma população colonial em sua própria terra.

Os territórios portugueses de Angola e Moçambique entram, também, no quadro da frente colonialista da África meridional. Embora sediando movimentos de relativa envergadura em favor da emancipação política, implicando em desligamento dessas áreas da metrópole portuguesa, tais territórios continuam, apesar de rotulados de *províncias ultramarinas*, sob a condição de dependências



coloniais. No conjunto abrigam mais de 12.000.000 de habitantes, dos quais tão somente 170.000 brancos, dois terços localizados em Angola. Os negros, considerados *selvagens*, somente adquirem parte dos direitos civis quando arrolados na condição de *civilizados* e estes são pouquíssimos. Há vários anos o governo português mantém, especialmente em Angola, contingentes militares vultosos para reprimir os movimentos de emancipação, recorrendo, inclusive, ao sistema da emigração compulsória de colonos militares para essas

áreas. Não há dúvida que a política portuguesa em Angola e Moçambique conta com a simpatia do governo da vizinha República da África do Sul.

Finalmente, uma especial menção merece, também, o caso de Katanga. Centro de gravidade da economia do ex-Congo Belga, principalmente em consequência de seus recursos minerais, o Katanga esteve recentemente à tona do noticiário internacional tendo em vista a tentativa de secessão desse território liderada por Moisés Tchombe. Econômicamente controlado pela *União Mineira do Katanga*, com relações com capitais europeus sediados na então Rodésia do Norte, não é demais pensar que um Katanga independente, especialmente ao tempo de Lumumba do Congo, significaria maior segurança para as atividades econômicas desenvolvidas pelos europeus. Poderia significar, também, praticamente a definição de um *estado-tampão* que, sob controle indireto de interesses financeiros europeus, poderia atenuar as possibilidades de influências partidas do Norte, isolando as Rodésias da África Equatorial independente.

O fato é que a vizinhança de uma Angola conturbada, assim como do Congo, ponto de apóio para guerrilheiros que penetram terras coloniais portuguesas tem significado, para os sul africanos brancos, uma indiscutível ameaça para sua segurança e para a continuidade do esquema econômico e político que criaram. Na República da África do Sul, um punhado de brancos tem conseguido liderar um país com 12.000.000 de negros; na ex-Federação Rodésia-Niassalândia verificava-se uma situação com tendências para encaminhar-se para soluções semelhantes. Os brancos da África do Sul acreditaram firmemente que no dia em que a população negra puder ter o controle da situação os europeus não terão mais oportunidade na região, sendo obrigados a abandonar áreas ocupadas há muito tempo e consideradas como de povoamento branco. É essa política de defesa que permite compreender a tentativa que se fez, no sentido de integrar Niassalândia às Rodésias, ou seja, um território densamente povoado e com insignificantes minorias brancas, a territórios onde os brancos são mais numerosos. Permite compreender qual o interesse em controlar o conjunto a permitir que as partes evoluíssem separadamente. É essa política de defesa, também, que permite compreender a posição mais recente da Rodésia do Sul.

Fracassada a tentativa de separação do Katanga, embora os interesses então manifestos no Katanga em seguida se tenham aposado de todo o Congo; sempre incertos os resultados dos conflitos crônicos que se verificam nos territórios portugueses, especialmente em Angola; considerado que o apoio que os guerrilheiros de Angola

recebem em certos casos reflete tão somente uma política anti-salarista, e não necessariamente anti-colonialista; frustrada a tentativa de integração das Rodésias e da Niassalândia, sob liderança branca, especialmente da Rodésia do Sul, onde são mais numerosos, os europeus da Rodésia do Sul recorreram à solução extrema, com a proclamação unilateral de independência.

Em face das considerações acima, não é difícil compreender que o novo Estado que se criou de fato com a atitude de Ian Smith conta, clara ou veladamente, com a solidariedade e com o apoio tanto da República da África do Sul, quanto de Portugal, na medida em que, o que não fôra conseguido com o Katanga e com a Federação Rodésia-Niassalândia, de certa forma passa a ser obtido com a Rodésia.

Dessa forma, radicaliza-se na África meridional uma posição contrária ao processo anti-colonial em desenvolvimento no continente. Expressa-se, territorialmente, por uma área maciça do extremo sul, projetando-se em cunhas para o Norte com Angola e Moçambique e na qual, a presença dos enclaves da Basutolândia, Swazilândia e Bechuanalândia não se reveste de grande periculosidade.

\* \* \*

As medidas contra a nova Rodésia não se fizeram esperar, e foram muitas. O novo Estado foi excluído da Comunidade Britânica de Nações e contra ele foram impostas sanções econômicas. A maior parte dos Estados africanos recebeu a independência da Rodésia com revolta e a opinião mundial, expressa por atitudes dos governos nacionais, na O.N.U. ou fora dela, desaprovou frontalmente o caminho tomado pelo atual governo rodesiano.

Entretanto, a longo prazo, as medidas tomadas contra a Rodésia perderão força inevitavelmente e tornar-se-ão inócuas. Embora mediterrâneo, enquanto contar com o apoio de Portugal e da África do Sul, não terá sérios problemas para manter relações com o exterior. Por outro lado, os interesses econômicos, que vinculam a Rodésia estreitamente com a África do Sul e mesmo com outras unidades, a exemplo de Zâmbia, acabarão por prevalecerem, contribuindo para que sejam atenuadas as repercussões das sanções.

Embora não tendo sido reconhecido oficialmente, a Rodésia é um novo Estado de fato. É evidente que serão bizantinas todas e quaisquer considerações sobre se deve ou não ser reconhecido como Estado. Qualquer mudança na situação criada significa recorrer à força, quer se trate de medidas oriundas do exterior, quer se trate de soluções advindas de movimentos nacionalistas africanos na própria Rodésia. De qualquer forma, com o problema rode-

siano, a situação já bastante trágica definida na África do Sul adquiriu contornos mais graves. Pergunta-se se algum dia, em face dos precedentes, será possível a introdução, nos territórios da África meridional, de mudanças que permitam aos dois grupos, negros africanos e brancos de origem européia, conviver decentemente.

\* \* \*

As anotações acima tornaram-se possíveis graças à consulta de algumas fontes bibliográficas e outras. Entre elas conviria anotar:

- 1 — FITZGERALD, Walter — *África. Geografia Social, Económica y política*, tradução da sexta edição inglesa (1950), Ediciones Omega, Barcelona, 1950.
- 2 — BRUSA, A. — *Le Rhodesie nell'Eurafrica di domani*, Fratelli Bocca, Milano, 1941.
- 3 — KIMBLE, George H. T. — *The Federation of Rhodesia and Nyasaland*, in FOCUS, Vol. VI, n.º 7, março 1956.
- 4 — *Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais*, da O.N.U., publicado pelo Escritório de Informação Pública e distribuído pelo Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, julho 1964.
- 5 — Die Aktuelle Landkarte — *Angola, Madagaskar, Port. — Ostafrika, Zentralafrikanische Föderation*, n.º 128, München, 25 abril 1959.
- 6 — Artigos e comentários inseridos no jornal "O Estado de S. Paulo", São Paulo, novembro de 1965.
- 7 — *Calendário Atlante De Agostini*, Instituto Geográfico De Agostini, Novara, anos de 1954 a 1965.
- 8 — STAMP, L. Dudley — *Africa: a Study in Tropical Development*, 2.ª edição, John Wiley E. Sons, New York, 1964.